****

**CREFITO-15**

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO**

**TERMO DE ADESAO/CONFISSAO AO REFIS 492/2018 COFFITO**

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO - CREFITO 15**, Autarquia Regional Federal, criada pela Lei 6.316/75, inscrita no CNPJ sob o n. 22.104.701/0001-03, com sede na Rua Misael Pedreira da Silva, n. 98, sala 310, Santa Lucia, Vitória-ES, CEP.: 29.056-230, com fundamento no inciso III, do artigo 7º e seguintes da lei 6.316/75, doravante denominado **CREDOR**, e o (a) profissional **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito (a) no CREFITO-15 sob nº 000000-F (T) e no CPF sob nº XXX.XXX.XXX-XX, com endereço à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; doravante denominado (a) **DEVEDOR** (A), acordam o seguinte:

1. O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – 15ª REGIÃO, é CREDOR, nesta data, da quantia total de R$ 0.000,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), correspondente ao(s) débito(s) do(s) exercício(s) abaixo relacionados:

a) Exercício fiscal (anuidades de 2.013, 2.014, 2.015 e 2.016 e 2.017), juros, correções e multas.

2. O (A) DEVEDOR (A) confessa a dívida (item 01), a legalidade dos débitos e da CDA, os valores atribuídos, juros e multa impostos, renunciando a qualquer processo administrativo e/ou judicial, não podendo alegar nulidade ou erro da CDA, prescrição ou qualquer impugnação pertinente a este contrato.

3. O (A) DEVEDOR (A) confessa e se responsabiliza pelo pagamento das despesas administrativas e judiciais, custas judiciais e ao pagamento de honorários de advogado na base de 10 % do valor deste contrato.

4. Nos termos acima confessados e assumidos, de forma irretratável e irreversível, o (a) DEVEDOR (A) decide aderir/confessar aos termos e condições do REFIS 2.018 e do que consta na resolução 492/2018 do COFFITO, que foi integralmente lida pelo devedor que adere a seu conteúdo.

5. Por este instrumento o (a) DEVEDOR (A) aderi/confessa a todas as cláusulas do REFIS 2.018 (492/2018 COFFITO), renunciando a qualquer questionamento ou impugnação, no que tem conhecimento expresso de todas os itens aqui consignados, que representam na integra a resolução 492/2018 do COFFITO.

6. O (A) DEVEDOR (A) assina neste ato, comitantemente, o termo padrão de confissão de dívida do CREFITO 15, fazendo dos dois instrumentos de adesão e confissão como um único instrumento, no que não foi alterado por este termo de adesão/confissão ao REFIS 2.018.

7. Assim o sendo o CREDOR concede a isenção dos juros e correção monetária importando a dívida hoje no valor de R$ 0.000,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), que será paga em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R$ 000,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), vencendo a primeira em XX/XX/2018 e a última em XX/XX/2018.

8. O (A) DEVEDOR (A) pagara no dia XX/XX/2018 o valor pertinente aos honorários de advogado (correspondente a 10 % do valor identificado no item (sete) 07), custas e despesas administrativas e/ou judiciais, independentemente da existência de processo administrativo e/ou judicial.

9. O não pagamento de 03 (três) parcelas deste contrato de adesão/confissão, consecutivas ou não, e/ou o não pagamento dos honorários e/ou o não pagamento das custas e despesas administrativas e/ou judiciais, implicara na antecipação de todo o débito e a extinção do benefício de isenção de juros e correção monetária, nos termos da resolução 492/2018, do COFFITO, confessando o (a) DEVEDOR (A) o valor total consignado no item 01 (um), juros e correções, com o eventual abatimento de parcelas quitadas.

10. O CREDOR promovera no prazo de 05 (cinco) dias uteis a retirada do nome do (a) DEVEDOR (A) dos cadastros de proteção ao credito, CADIN e solicitara a suspensão do processo administrativo e/ou judicial pelo prazo do parcelamento, no que ambas partes assim requerem.

11. As partes conferem ao presente termo de adesão e confissão a natureza de titulo executivo, conferindo ao mesmo liquidez, certeza e exigibilidade, renunciando a qualquer questionamento administrativo e/ou judicial, bem como desistindo expressamente da interposição de eventual impugnação administrativa e/ou embargos à execução judicialmente opostos.

12. A assinatura do presente termo de adesão/confissão pelo (a) DEVEDOR (A) importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos. 389, 393, 394 e 395 do Novo Código de Processo Civil.

13. 6. O presente instrumento é firmado em duas vias de igual teor e em caráter irrevogável e irreversível, com clausula expressa de extinção do benefício de isenção de juros e correção monetária, nos termos da resolução 492/2018, do COFFITO, por falta de pagamento.

14. O presente contrato poder ser anuído/confessado por e-mail.

15. As partes elegem o fórum da Justiça Federal de Vitória-ES para dirimir as questões processuais pendentes.

16. O presente termo de adesão/confissão altera o termo padrão de confissão de dívida para parcelamento do CREFITO 15, no que foi alterado por este instrumento.

Vitória, XX de XXXXXX, de 2.018.

**DEVEDOR (A)**

**CREFITO 15**